

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 890.244 - SP (2016/0077206-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECARIA**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE JAMAL BATISTA - SP138060**
: **VINICIUS DE OLIVEIRA REBOLHO E OUTRO(S) - SP247368**
AGRAVADO : **FERNANDA SANTURBANO ESTEVES**
AGRAVADO : **JOAO MARCELO LIMA**
ADVOGADO : **CLÁUDIA MERLO ESPINHA E OUTRO(S) - SP191348**

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alínea “a” da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Agravo de Instrumento - ação de obrigação de fazer c.c. indenização - atraso na entrega da obra - insurgência contra a decisão que reconheceu a ilegitimidade do agente financeiro - configurada relação de consumo - a responsabilização é objetiva e solidária de todos os integrantes da cadeia de fornecedores – responsabilidade do agente financeiro verificada - Recurso provido." (e-STJ, fl. 101)

Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados (e-STJ, fls. 758/761).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 535 do Código de Processo Civil de 1973 e 31-A, §12º e 43 da Lei 4.591/64, sustentando, em síntese, (a) que o Tribunal de origem entendeu pela sua legitimidade passiva por participar da cadeia de fornecedores do serviço, (b) que houve omissão com relação a responsabilidade da agravante nos termos da Lei 4.591/64 e (c) que não há que se falar em responsabilidade solidária da agravante pois agiu na qualidade de financiador ou cessionário de crédito, sendo responsabilidade exclusiva do incorporador as obrigações por ele assumidas com relação aos agravados.

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ, nos seguintes termos: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a*

Superior Tribunal de Justiça

decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Em consulta ao sítio eletrônico do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifica-se que já foi houve o julgamento da causa em 29/09/2016, tendo sido proferido acórdão que julgou a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada neste agravo de instrumento e reiterada em agravo retido.

Nesse contexto, tem-se que o presente recurso especial encontra-se prejudicado, pela perda superveniente de objeto, revelando-se inútil, portanto, o seu julgamento.

Do exposto, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o recurso especial pela superveniente perda de objeto.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator